



**PESQUISA DE EMPREGO E
DESEMPREGO NA REGIÃO
DO ABC¹**

PED ABC

**SEADE
DIEESE**

Novembro 2016

OS NEGROS NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO DO ABC



**Diferenciais de inserção de
negros e não negros no
mercado de trabalho
em 2014-2015**

Dia Nacional da Consciência Negra

1. Compreende os municípios de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Diferenciais de inserção de negros e não negros no mercado de trabalho em 2014-2015

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região do ABC são passíveis de desagregação por segmentos populacionais, possibilitando um olhar mais atento a diferentes grupos sociais. Em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, a Fundação Seade e o Dieese, em parceria com o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, vêm realizando, anualmente, estudos sobre a inserção dos negros² no mercado de trabalho, no intuito de acompanhar as mudanças e as permanências das desigualdades entre negros e não negros.³

Apesar de representarem cerca de um terço da população paulista (34,6%, segundo o Censo Demográfico 2010), os negros possuem um legado histórico de discriminação que se reflete em uma inserção no mercado de trabalho pior do que a dos não negros. Este estudo pretende colaborar para a identificação de alguns desses aspectos na Região do ABC e na formulação de políticas públicas que possam contribuir para a redução dessas diferenças.

O último ciclo de crescimento econômico, embora não tenha sido suficiente para reparar as desigualdades históricas, tornou possível, juntamente com algumas ações afirmativas, reduzir os diferenciais de raça/cor, como mostram vários estudos produzidos tanto pela Fundação Seade e Dieese, como por outras instituições que se debruçaram sobre o tema.⁴

No entanto, a recente crise econômica interrompeu alguns desses avanços, como a redução da diferença entre as taxas de desemprego total de negros e não negros, que, em 2012-2013, chegava a 1,6 ponto percentual, a menor desde o início da pesquisa na região em 1998, mas em 2014-2015 ampliou-se para 3,3 pontos percentuais, como resultado do aumento menor da taxa de desemprego, no período em análise, para os não negros (de 9,7% para 10,6%), em comparação ao dos negros (de 11,3% para 13,9%).

2. O segmento de negros é composto por pretos e pardos e o de não negros, por brancos e amarelos.

3. Outros estudos disponíveis em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/estudos-pedabc/>>.

4. Ver, entre outros, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea <www.ipea.gov.br/portal/>, Organização Internacional do Trabalho – OIT www.oitbrasil.org.br/ e Centro de Estudos da Metrópole – CEM <www.fflch.usp.br/centrodametropole/>.

A participação de negros no total de ocupados diminuiu de 30,8%, em 2012-2013, para 28,8%, em 2014-2015, enquanto cresceu a sua representatividade no total de desempregados (de 34,7% para 35,7%).

Nesse período, o rendimento médio real por hora diminuiu 1,3%, para os negros, e 3,7% para os não negros, fazendo com que o rendimento médio por hora dos primeiros (R\$ 9,78) passasse a corresponder a 63,3% daquele recebido por não negros (R\$ 15,46), porcentagem que era de 61,7% em 2012-2013 e que chegou a equivaler a 59,5%, em 1999-2000.

Apesar dessa pequena melhora, tais valores continuam muito distantes. Excluídos componentes como valorização do salário mínimo e reajustes salariais, uma aproximação mais efetiva dependeria, principalmente, de mudanças das características de inserção ocupacional dos negros, como será visto adiante.

Mercado de trabalho

Na Região do ABC os negros representavam, em 2014-2015, 28,5% da População em Idade Ativa – PIA e uma proporção ligeiramente maior na composição da População Economicamente Ativa – PEA⁵ (29,6%). Já a parcela de desempregados negros era bem maior (35,7%), caracterizando sua sobrerrepresentação entre os desempregados (Tabela 1 do Anexo Estatístico).

A taxa de participação – definida como a proporção da PEA em relação à PIA – é tradicionalmente maior entre os negros, pois eles entram mais cedo no mercado de trabalho e saem mais tarde do que os não negros. Entre 2012-2013 e 2014-2015 aumentou a diferença dessa taxa entre os dois segmentos, uma vez que cresceu para os negros (de 62,5% para 63,8%) e diminuiu para os não negros (de 61,0% para 60,4%) (Tabela 2 do Anexo Estatístico).

Desemprego

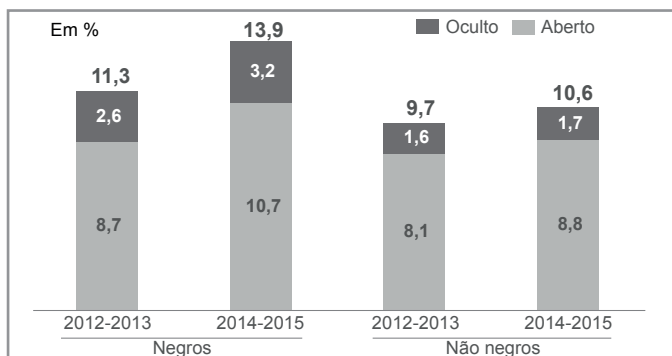
As taxas de desemprego dos negros são maiores do que as dos não negros. O mesmo ocorre com suas duas componentes, as taxas de desemprego aberto e oculto (Gráfico 1).

Entre 2012-2013 e 2014-2015, a taxa de desemprego total aumentou para negros (de 11,3% para 13,9%) e não negros (de 9,7% para 10,6%), fazendo com que a diferença entre elas se elevasse de 1,6 para 3,3 pontos percentuais. Esse resultado interrompeu o movimento de aproximação observado ao longo dos últimos anos.

5. A PEA é composta pelo conjunto de ocupados e desempregados.

Gráfico 1

Taxas de desemprego, por raça/cor, segundo tipo
Região do ABC – 2012-2013 e 2014-2015



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Nota: A taxa de desemprego total é composta pela soma das taxas de desemprego aberto e oculto.

O aumento da taxa de desemprego, entre 2012-2013 e 2014-2015, ocorreu entre todos os segmentos de raça/cor e sexo, embora mais fortemente entre os homens negros (de 9,5% para 12,7%). Por faixas etárias, os jovens de 16 a 24 anos foram os mais afetados pela crise econômica, uma vez que suas taxas cresceram de 21,7% para 25,5%, entre os negros, e de 20,4% para 24,4%, entre os não negros. As jovens negras e não negras apresentaram os maiores crescimentos (5,1 e 5,2 p.p.), alcançando taxas de 29,7% e 26,3%, respectivamente, em 2014-2015 (Tabela 3 do Anexo Estatístico).

Ocupação

Entre 2012-2013 e 2014-2015, a proporção de ocupados negros no mercado de trabalho da Região do ABC diminuiu 2,0 pontos percentuais, comportamento registrado tanto para as mulheres (-1,1 p.p.) como para os homens (-0,9 p.p.). No último biênio, 28,8% do total de ocupados eram negros, sendo 12,9% mulheres e 15,9% homens (Tabela 1 do Anexo Estatístico).

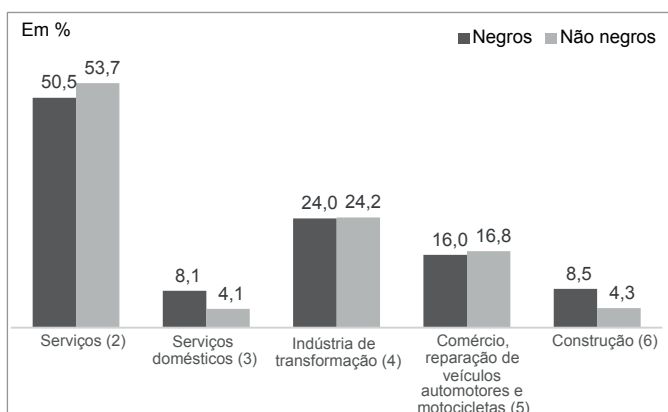
Os diferenciais de inserção no mercado de trabalho entre negros e não negros podem ser mais bem identificados quando se observa a composição da ocupação nos principais setores de atividade econômica (Gráfico 2).

O setor de Serviços abrigava, em 2014-2015, 50,5% do total de ocupados negros e 53,7% de não negros. A proporção de negros era um pouco

menor do que a de não negros no Comércio (16,0% e 16,8%, respectivamente), semelhante na Indústria (24,0% e 24,2%) e maior na Construção (8,5% e 4,3%, respectivamente). No Comércio e na Construção predominam postos de trabalho com menores exigências de qualificação profissional, relações de trabalho mais precárias e remunerações mais baixas.

Gráfico 2

Distribuição dos ocupados (1), por raça/cor, segundo setor de atividade
Região do ABC – 2014-2015



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC. (1) No total estão incluídos agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar (incluem os serviços domésticos). (3) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.

Estas características também podem ser encontradas em alguns segmentos dos Serviços em que há maior proporção entre os negros, como nas atividades administrativas e serviços complementares; no agregado alojamento, alimentação, outras atividades de serviços, artes, cultura, esporte e recreação; e nos serviços domésticos (Tabela 6A do Anexo Estatístico).

Por posição na ocupação, que pode ser considerada uma *proxy* da qualidade da inserção no trabalho, verifica-se que, na perspectiva de garantias trabalhistas e previdenciárias, os não negros encontravam-se, em 2014-2015, em situação ligeiramente melhor do que os negros: 65,4% e 63,7%, respec-

tivamente, dos não negros e negros ocupados estavam inseridos em atividades regulamentadas (soma de assalariados no setor privado com carteira de trabalho assinada e no setor público). Isso ocorre porque, do total de negros ocupados, a parcela no assalariamento público (5,9%) era menor do que a de não negros (8,9%), embora seja maior no setor privado com carteira assinada (57,8% e 56,5%, respectivamente). Vale ressaltar que, no período analisado, aumentou a proporção de assalariados com carteira assinada no setor privado e diminuiu a do setor público, entre os negros.

Ao se considerarem ocupações com menor nível de regulamentação e cujos rendimentos geralmente são mais baixos, os negros possuíam maior representatividade do que os não negros, em 2014-2015: respectivamente, 8,1% e 4,1% eram empregados domésticos; 16,2% e 14,7% eram trabalhadores autônomos; e 8,2% e 7,0% eram assalariados sem carteira de trabalho assinada no setor privado (Tabela 1).

Tabela 1

Distribuição dos ocupados, por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região do ABC – 2014-2015

Em porcentagem

Posição na ocupação	Total	Negros	Não negros
Total	100,0	100,0	100,0
Assalariados (1)	72,2	71,9	72,4
Setor privado	64,2	65,9	63,5
Com carteira assinada	56,9	57,8	56,5
Sem carteira assinada	7,3	8,2	7,0
Setor público	8,0	5,9	8,9
Autônomos	15,2	16,2	14,7
Empregados domésticos	5,3	8,1	4,1
Demais posições (2)	7,3	3,8	8,8

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Incluem os assalariados que não sabem a qual setor pertencem.

(2) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

A distância entre as parcelas de assalariados negros e não negros no setor público tem origem, possivelmente, na constatação de que cerca de metade desses ocupados possuir nível de escolaridade superior. Essa característica, associada ao fato de o ingresso no setor público ocorrer principalmente por meio de concursos, permite inferir que a sub-representação de negros nesse segmento deve-se muito mais às suas históricas dificuldades de acesso aos níveis mais elevados de ensino do que a eventuais ações discriminatórias das quais possam ser vítimas (em 2014-2015, 8,4% da população negra economicamente ativa e 27,0% da não negra haviam completado o ensino superior).

Explicação semelhante pode ser adotada para a menor parcela de negros (3,8%), em comparação à de não negros (8,8%), no agregado demais posições – que reúne empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócios familiar, entre outros. Nesse caso, dispor de riqueza acumulada que permita montar um negócio e/ou possuir nível superior de escolaridade provavelmente são fatores que explicam a exclusão de grande parte dos negros. Em outras palavras, a persistência de elementos históricos, mais do que outros fatores, explica a desigualdade presente.

Já o trabalho doméstico, cuja parcela de negros é praticamente o dobro daquela de não negros, compõe-se de ocupações cujos requisitos de qualificação profissional dependem menos da formação escolar do que da experiência de trabalho. Estudos recentes da Fundação Seade e do Dieese, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED na região, constataram que o emprego doméstico tem sido exercido, predominantemente, por mulheres negras, mais velhas e com baixo nível de escolaridade.⁶

Rendimentos do trabalho

As informações sobre os rendimentos do trabalho de negros e não negros na Região do ABC, em 2014-2015, demonstram a permanência de desigualdades há muito tempo identificadas no mercado de trabalho.

As razões mais evidentes dessa situação, em que o rendimento médio por hora⁷ dos negros (R\$ 9,78) representava 63,3% daquele referente aos não negros (R\$ 15,46), em 2014-2015, residem nas diferentes estruturas ocu-

6. Para mais informações ver: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher-e-trabalho/?tema=emprego-domestico>>.

7. Os dados de rendimentos são analisados por hora com o objetivo de eliminar problemas de comparação devido a diferenciais de jornada de trabalho entre negros e não negros, homens e mulheres, nos setores de atividade e em grupos de ocupações.

pacionais em que esses segmentos estão inseridos, conforme anteriormente descritas (Tabela 2). A retração, entre 2012-2013 e 2014-2015, do rendimento por hora dos não negros (-3,7%), mais intensa do que a ocorrida para os negros (-1,3%), resultou na redução da distância entre os dois valores, já que, em 2012-2013, o rendimento médio por hora dos negros correspondia a 61,7% daquele dos não negros.

Essa redução mais forte dos rendimentos médios dos não negros, diminuindo a diferença dos valores em comparação aos dos negros, ocorreu na Indústria e no Comércio, setores em que os negros recebiam, em 2014-2015, o equivalente a 64,1% e 69,2%, respectivamente, do rendimento médio dos não negros, proporções que aumentaram, na comparação com 2012-2013, quando eram 62,9% e 67,6%, respectivamente. Nos Serviços, essa relação permaneceu praticamente inalterada no período analisado (59,7% e 59,8%).

As maiores desigualdades de rendimentos por raça/cor continuam sendo verificadas em setores com remunerações médias mais elevadas (Serviços e Indústria) e as menores naqueles em que as remunerações são mais baixas (Comércio e, segundo dados adicionais, Construção e serviços domésticos).

A mesma lógica, em que os diferenciais de rendimentos são maiores quando os rendimentos médios são mais altos (e, em geral, a participação de negros menor), também é percebida na análise por posição na ocupação (Tabela 3). Assim, os rendimentos médios pagos para negros e não negros no setor privado com carteira assinada eram mais distantes (64,7%, em 2014-2015) do que o dos trabalhadores autônomos (73,2%). Ressalte-se que essa relação piorou entre os assalariados com carteira assinada e melhorou entre os autônomos, na comparação com 2012-2013.

Os diferenciais de rendimentos por raça/cor associados àqueles referentes ao sexo são reveladores das desigualdades que ainda permanecem no mercado de trabalho. Mesmo com a ligeira melhora observada entre 2012-2013 e 2014-2015, as mulheres negras ainda recebiam rendimentos equivalentes a menos da metade daqueles auferidos por homens não negros (Gráfico 3).

Tabela 2

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,
por raça/cor, segundo setor de atividade econômica
Região do ABC – 2012-2013 e 2014-2015

Em reais de julho de 2016

Setor de atividade	Total	Negros	Não negros
2012-2013			
Total (3)	14,17	9,91	16,06
Indústria de transformação (4)	16,69	11,78	18,73
Metal-mecânica (5)	19,03	13,79	20,98
Construção (6)	12,97	- (15)	15,34
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (7)	10,86	8,08	11,96
Serviços (8)	14,11	9,61	16,11
Transporte, armazenagem e Correio (9)	13,16	- (15)	15,07
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (10)	23,56	- (15)	24,93
Atividades administrativas e serviços complementares (11)	9,40	- (15)	10,14
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde, humana e serviços sociais (12)	17,20	12,06	18,96
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, cultura, esporte e recreação (13)	9,23	7,79	10,01
Serviços domésticos (14)	7,11	- (15)	- (15)
2014-2015			
Total (3)	13,74	9,78	15,46
Indústria de transformação (4)	15,92	11,44	17,84
Metal-mecânica (5)	18,29	13,50	20,23
Construção (6)	11,54	- (15)	- (15)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (7)	10,64	8,07	11,67
Serviços (8)	13,98	9,49	15,85
Transporte, armazenagem e Correio (9)	13,49	- (15)	14,88
Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais, científicas e técnicas (10)	21,85	- (15)	23,41
Atividades administrativas e serviços complementares (11)	9,75	- (15)	10,98
Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde, humana e serviços sociais (12)	17,00	11,68	18,75
Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (13)	9,58	7,75	10,44
Serviços domésticos (14)	7,91	- (15)	8,08

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado: ICV do Dieese. (2) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. (3) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Divisões 24 a 30 e 33 da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (7) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seções H a T da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (12) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (13) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (14) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (15) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 3

Rendimento médio real por hora (1) dos ocupados (2) no trabalho principal,
por raça/cor, segundo posição na ocupação
Região do ABC – 2012-2013 e 2014-2015

Em reais de julho de 2016

Posição na ocupação	Total	Negros	Não negros
2012-2013			
Total	14,17	9,91	16,06
Assalariados (3)	14,22	10,28	15,90
Setor privado	13,51	9,81	15,15
Com carteira assinada	13,99	10,20	15,63
Sem carteira assinada	9,83	- (5)	11,25
Setor público	20,49	- (5)	21,93
Autônomos	11,26	8,52	12,71
Empregados domésticos	7,11	- (5)	- (5)
Demais posições (4)	25,76	- (5)	27,86
2014-2015			
Total	13,74	9,78	15,46
Assalariados (3)	13,88	10,02	15,57
Setor privado	13,12	9,61	14,73
Com carteira assinada	13,55	9,86	15,24
Sem carteira assinada	9,22	- (5)	10,06
Setor público	20,79	- (5)	22,35
Autônomos	11,68	9,32	12,73
Empregados domésticos	7,91	- (5)	8,08
Demais posições (4)	22,72	- (5)	24,33

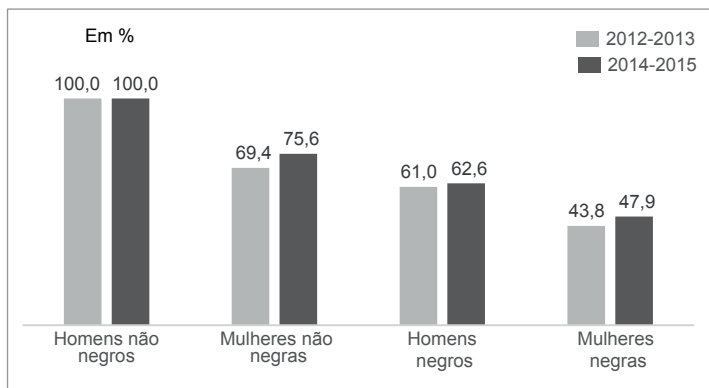
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado: ICV-Dieese. (2) Exclui os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício. (3) Incluem os assalariados que não sabem a qual setor pertencem. (4) Incluem empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

(5) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Gráfico 3

Proporção dos rendimentos médios reais por hora (1) dos ocupados (2), por raça/cor e sexo, em relação aos rendimentos médios reais por hora dos homens não negros
Região do ABC – 2012-2013 e 2014-2015



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

(1) Inflator utilizado: ICSV-Dieese.

(2) Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os empregados que receberam exclusivamente em espécie ou benefício.

Considerações finais

O mercado de trabalho, entre 2012-2013 e 2014-2015, reflete a crise econômica pela piora de vários indicadores. Para os negros, esse desempenho desfavorável é observado no aumento da taxa de desemprego, mais intenso do que para os não negros, fazendo com que a distância entre os dois segmentos voltasse a se alargar.

A inserção de negros em ocupações com menor acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários (assalariamento sem carteira de trabalho assinada, trabalho autônomo e doméstico) continua sendo maior que entre os não negros. Esse fato, combinado à sua menor presença em segmentos econômicos dependentes de uma mão de obra mais especializada, ajuda a explicar os menores rendimentos recebidos.

Apenas com longos períodos de crescimento econômico em conjunto com ações de políticas afirmativas, especialmente as voltadas à educação, é possível diminuir as desigualdades no mercado de trabalho e melhorar as oportunidades de inserção para a população negra. O que se depreende das informações apresentadas, no entanto, é que o ritmo de melhora é muito mais lento comparado à rápida resposta negativa do mercado de trabalho em períodos de crise econômica.



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Secretaria de Planejamento
e Gestão

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

Av. Prof. Lineu Prestes, 913 - Cidade Universitária
05508-000 - São Paulo - SP Fone (11) 3324.7200

www.seade.gov.br / sicseade@seade.gov.br / ouvidoria@seade.gov.br

DieESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Aurora, 957, 3º andar - República - CEP 01209-001 - São Paulo
Fone (11) 3821.2140 - www.dieese.org.br - en@dieese.org.br



Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Av. Ramiro Colleoni, 5 - CEP 09040-160 - Santo André - SP
Fone (11) 4435.3555

www.consortioabc.sp.gov.br / contato@consortioabc.sp.gov.br

Apoio: Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS. Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Sert.